

PERSPECTIVAS PARA A FILANTROPIA NO BRASIL

2026

Realização



IDIS
DESENVOLVENDO O
INVESTIMENTO SOCIAL

Apoio Master



**MOVIMENTO
BEMMAIOR**

INTRODUÇÃO

Em 2026, a filantropia brasileira precisa reafirmar seu propósito e fortalecer uma visão de longo prazo, em diálogo com movimentos globais e com as crescentes demandas socioambientais. Esse caminho passa pela revisão contínua de práticas e prioridades, com disposição para aprender, corrigir rotas e se adaptar, ampliando sua relevância e impacto.

Clima e meio ambiente surgem como eixo transversal que tensiona todas as agendas da filantropia. No Brasil, seus efeitos se manifestam de forma cada vez mais concreta, das enchentes e secas extremas ao impacto desproporcional sobre populações vulnerabilizadas, enquanto, no cenário global, a pauta ambiental parece descolada das prioridades. Trata-se de um tema incontornável para a filantropia, que demanda a integração do clima às estratégias de atuação, financiamento e governança, reconhecendo-o não como uma pauta isolada, mas como um fator estruturante do desenvolvimento sustentável e da justiça social. Por isso, neste relatório, optamos por destacar as ações que respondem ao tema em todas as perspectivas para a filantropia para 2026.

A construção da confiança abre esta edição, refletindo sobre as novas posturas assumidas por investidores sociais nas relações que estabelecem e nas doações que realizam. Em seguida, a publicação aborda o desafio de transformar o financiamento inovador em prática efetiva, reconhecendo o papel do investimento social privado (ISP) no destravamento de capital e na ampliação de soluções.

A necessidade de avançar da colaboração para a participação efetiva aparece como condição fundamental para fortalecer a relevância e a resiliência das iniciativas, especialmente a partir do compartilhamento de poder com as comunidades. A integração entre políticas públicas e investimento social privado também ganha destaque, apontando caminhos para ampliar escala e efetividade não só buscando o aprimoramento do ambiente regulatório, mas também a partir dos marcos legais

existentes.

O relatório apresenta ainda a filantropia como agente estratégico no fortalecimento do debate sobre o uso ético da inteligência artificial, bem como destaca a importância de planejar legados lastreados por valores, propósito e governança. Soma-se a isso a ampliação do ecossistema que impulsiona a filantropia familiar, criando condições para que mais famílias doem com segurança, estratégia e impacto.

Encerrando a edição, a pauta climática é reafirmada como eixo estruturante. Ao atravessar diferentes agendas sociais, as mudanças climáticas aprofundam vulnerabilidades e redefinem prioridades, estratégias e formas de colaboração, exigindo atenção especial da filantropia, sobretudo diante dos compromissos assumidos e das oportunidades abertas no contexto da COP30.

As oito perspectivas aqui apresentadas são fruto de um processo coletivo que reúne os diversos saberes de nossa equipe e debates do campo filantrópico, refletindo nossos valores ao fomentar o aprendizado e a colaboração por meio de produções inspiradoras para o setor.

Boa leitura!

Paula Fabiani
CEO do IDIS

A decorative graphic on the left side of the page consists of a diagonal band that is light orange at the top and light purple at the bottom. Three overlapping circles are positioned along this band: a light orange circle at the top, a light purple circle at the bottom, and a larger, semi-transparent light orange circle in the middle. The text 'FICHA TÉCNICA' is written in a bold, orange, sans-serif font across the middle circle.

FICHA TÉCNICA

Iniciativa

IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social

Direção

Paula Jancso Fabiani
Luisa Gerbase de Lima

Coordenação

Lavínia de Oliveira Xavier
Marina Zanin Negrão

Produção do Conteúdo

Ale Almeida
Andrea Hanai
Beatriz Santos
Denise Carvalho
Fábio Lupo
Flávia D'Angelo
Guilherme Sylos
Henrique Barreto
Lavínia de Oliveira Xavier
Leticia Cavalcante dos Santos
Lucas Santana
Luisa Gerbase de Lima
Marcelo Modesto
Marina Zanin Negrão
Stephany de Lucena
Yasmim Lopes

Projeto gráfico e Diagramação

Tati Valiengo e Tiago Solha

1

OS NOVOS RUMOS DA CONSTRUÇÃO DA CONFIANÇA

Investidores Sociais assumem novas posturas nas relações que estabelecem e nas doações que realizam

2

FORMAS DE INVESTIMENTO INOVADORAS, O QUE PRECISAMOS PARA DAR UM SALTO?

O Brasil já domina o vocabulário do financiamento inovador; falta torná-lo prática. Escalar depende de dados, regulação, coragem para testar e do ISP como força que destrava capital

3

ALÉM DA COLABORAÇÃO: PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES E CORRESPONSABILIDADE

Compartilhar poder com comunidades é passo decisivo para mudança sistêmica

4

INTEGRAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E FILANTROPIA

A partir de marcos legais, a filantropia atua na implementação de políticas públicas e amplia impacto

5

ENGAJAMENTO DA FILANTROPIA NO DEBATE DO USO ÉTICO DA IA

Do hype à responsabilidade: o papel da filantropia em orientar e ampliar o uso da tecnologia para o interesse público e combater o aprofundamento das desigualdades

6

LEGADO QUE RESISTE

Planejar a sucessão a partir de valores, propósito e governança é o que transforma patrimônio em impacto duradouro

7

AMPLIAÇÃO DO ECOSSISTEMA QUE IMPULSIONA A FILANTROPIA FAMILIAR

Com diferentes especialidades e níveis de influência, atores orientam famílias a doarem com segurança, estratégia e impacto

8

FILANTROPIA & CLIMA: PARADIGMAS PARA OS NOVOS TEMPOS

Ao atravessar diferentes agendas sociais, o clima redefine prioridades, estratégias e formas de colaboração na filantropia

Para destacar a transversalidade da pauta climática, nesta edição do **Perspectivas para a Filantropia no Brasil** apresentaremos, em todos os capítulos, exemplos relacionados a clima identificados pelo ícone →



OS NOVOS RUMOS DA CONSTRUÇÃO DA CONFIANÇA

Investidores Sociais assumem novas posturas nas relações que estabelecem e nas doações que realizam

Anualmente, o estudo global Edelman Trust Barometer revela os níveis de confiança nas instituições. Em 2026, chamou atenção ao comportamento que denominou ‘mentalidade insular’. Em um contexto de turbulência geopolítica, crise econômica e desinformação, as pessoas se isolam – globalmente, 7 em cada 10 não estão dispostas ou estão hesitantes em confiar em alguém que seja diferente delas. Confiam em pares e em pessoas próximas, mas com uma ressalva: desde que tenham valores, fontes de informação, abordagens para a resolução de problemas sociais ou origens semelhantes às suas. No campo da filantropia, a confiança também está em xeque. A Pesquisa Doação Brasil 2024 revelou que no país, apenas 30% das pessoas percebem as ONGs como confiáveis, e que os doadores estão menos impulsivos e buscando mais informações.

Considerando o cenário em que estamos inseridos, há pessoas e organizações que vão na direção oposta e, como sugere o Trust Barometer, assumem um papel de intermediadores. Elas reconhecem e aceitam as diferenças e, ao invés de atacar o que é aparentemente oposto, investem em interesses comuns das partes isoladas e traduzem suas necessidades, objetivos e realidades umas para as outras.

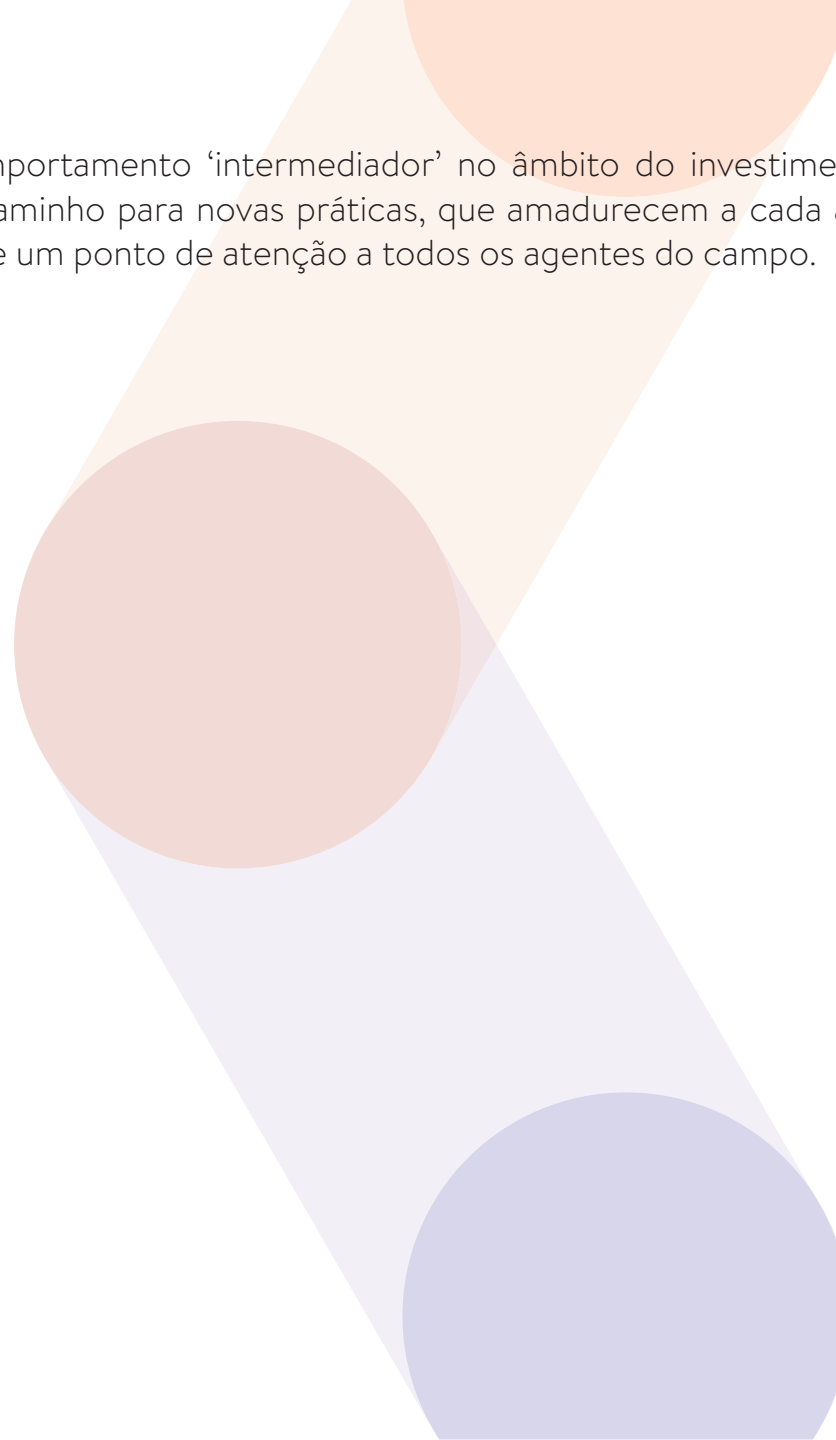
No campo da filantropia, temos presenciado um movimento interessante, com organizações assumindo novas posturas nas relações que estabelecem e nos investimentos que realizam, incluindo esse viés intermediador. Os novos tempos sinalizam que a construção da confiança vai além da prestação de contas: exige fortalecer vínculos, comunicar com

responsabilidade, adotar tecnologias de forma ética e construir governança sólida. Dados continuam essenciais, mas são apenas parte de uma estratégia mais ampla de reconstrução de legitimidade e aproximação aos dois polos de uma sociedade dividida.

“Acredito que a filantropia tem um papel a desempenhar no combate a essa polarização acirrada; aliás, considero isso nossa responsabilidade. Será necessária uma abordagem multifacetada e de longo prazo que apoie iniciativas sociais práticas para superar as divisões, ao mesmo tempo que apoie reformas em nosso sistema político que fomentam o partidarismo. Será preciso apoiar pesquisas acadêmicas que nos ajudem a compreender a natureza, a profundidade e a provável trajetória da polarização. Será necessária a colaboração entre diferentes setores da filantropia e do setor privado, trabalhando com instituições de ensino, empresas e o governo. Será preciso trabalhar com pessoas de diferentes origens ideológicas e, crucialmente, será necessário um ambiente midiático robusto, livre e independente, que inspire confiança para fornecer informações objetivas como antídoto ao caos das redes sociais.”

**Dame Louise Richardson,
presidente do Carnegie Corporation of New York**

○ comportamento ‘intermediador’ no âmbito do investimento social abre caminho para novas práticas, que amadurecem a cada ano e tornam-se um ponto de atenção a todos os agentes do campo.



ONDE SE ENXERGA ESSA PERSPECTIVA

SOCIEDADE VIVA

Para responder a uma lacuna crítica neste momento: o distanciamento, o baixo conhecimento e a falta de confiança da população brasileira nas Organizações da Sociedade Civil (OSCs), a iniciativa colaborativa mostra a importância e o impacto do trabalho das OSCs para a população e a democracia brasileira. A partir de conteúdos, dados e campanhas, a Sociedade Viva traz elementos para fortalecer a confiança do setor, junto a diferentes segmentos da sociedade. Entre os projetos desenvolvidos está o monitoramento da mídia durante a CPI das ONGs e a criação e distribuição de cartilha para jornalistas com boas práticas de cobertura das OSCs.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL

Reconhecendo a polarização na sociedade, a Fundação Tide Setubal investiu na escuta, buscando entender como falar para criar pontes e reduzir essas distâncias simbólicas entre setores conservadores e as organizações da sociedade civil, que passaram a ser cunhadas como ‘entidades de esquerda’. A pesquisa O Conservadorismo e as Questões Sociais, realizada pela Fundação em parceria com o Plano CDE, contribuiu para

a compreensão de valores e preocupações de pessoas ‘conservadoras não radicais de classe média’ em temas diversos como renda, violência, política e corrupção; levantar discursos e conceitos sobre temas específicos como desigualdades sociais, raciais, de gênero e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Travestis) e o papel das organizações da sociedade civil. No ano seguinte, lançou a publicação Comunicação de Causas: reflexões e provocações para novas narrativas com o Instituto Alana e Rede Narrativas, trazendo elementos que possam inspirar jornadas de comunicação e diálogo no campo democrático.

O BRASIL FALA

Um estudo conduzido por pesquisadores das universidades Harvard e Stanford demonstrou que conversas entre duas pessoas são eficazes para aumentar a tolerância entre indivíduos com posições opostas. Mais de 90% dos milhares de participantes da pesquisa relataram ter desfrutado da conversa que tiveram com alguém com quem discordavam em diversas questões políticas. O achado embasa o projeto Brasil Fala, versão nacional do *My Country Talks*, que já promoveu mais de 90 mil encontros em 14 países. Realizado no Brasil em 2024 pelo Instituto Sivis, com apoio do Instituto RenovaBR e veículos de mídia, teve um objetivo simples e ousado: conectar pessoas com posições contrárias para conversas online sobre suas opiniões e visões de mundo. Os encontros ocorrem entre dois participantes por meio de chamadas de vídeo em uma plataforma customizada.



CONNECT4CLIMATE

O programa Connect4Climate, ligado ao World Bank Group, é um exemplo internacional de iniciativa que conecta mais de 500 parceiros diversos para amplificar vozes, aumentar a alfabetização climática e fomentar ações colaborativas. Essa plataforma funciona como um mediador, reunindo governos, sociedade civil, juventude e setores privados para fomentar confiança e mobilização coletiva em torno da agenda climática, independente de divisões geográficas ou setoriais.

DICA AOS INVESTIDORES SOCIAIS

Investir na promoção de diálogo, construção da confiança e no fortalecimento do tecido social são formas de contribuir para inúmeras causas, a democracia e a justiça socioambiental. Em suas práticas, considere adotar a postura de intermediário e facilitador, combatendo a polarização.

FORMAS DE INVESTIMENTO INOVADORAS: O QUE PRECISAMOS PARA DAR UM SALTO?

O Brasil já domina o vocabulário do financiamento inovador; falta torná-lo prática. Escalar depende de dados, regulação, coragem para testar e do ISP como força que destrava capital

O vocabulário de formas de financiamento inovadoras não é mais novidade no Brasil. Finanças sustentáveis, financiamento misto, fundos filantrópicos, investimento de impacto e estratégias de *matchfunding* já fazem parte do repertório do Investimento Social Privado (ISP). Ainda assim, essas soluções seguem operando aquém do esperado. Enquanto as demandas socioambientais crescem de forma acelerada, a prática permanece restrita a arranjos pontuais e operações isoladas.

Tomemos o exemplo do *blended finance*, analisado no artigo [Blended finance no Brasil: uma promessa ainda não realizada](#), os autores defendem que, embora o conceito esteja cada vez mais presente no discurso de investidores e organizações, sua aplicação prática enfrenta entraves.

“Há, no Sul Global, uma carência crônica de capital paciente, de instrumentos flexíveis e de ambientes institucionais dispostos a colaborar. Não se trata de “falta de dinheiro”, mas de inadequação estrutural.”

Christiane Bechara e Danilo Zelinsk

O desafio não está em criar instrumentos, e sim em transformar mecanismos já conhecidos em prática recorrente, replicável e escalável. Dar um ‘salto’, portanto, significa enfrentar os fatores que hoje impedem que o financiamento inovador deixe de ser exceção e passe a funcionar como engrenagens centrais da resposta aos grandes desafios do país. Três gargalos aparecem como frequentes nesse processo.

O primeiro é a dificuldade de estruturar e escalar operações financeiramente inovadoras em um ambiente institucional ainda pouco adaptado a esse tipo de arranjo. Estruturas de *blended finance*, fundos híbridos ou mecanismos de garantia exigem previsibilidade regulatória, segurança jurídica e instrumentos compatíveis com seu grau de complexidade. A reforma tributária, que começa a vigorar gradualmente a partir de 2026, abre uma janela relevante para repensar incentivos e alinhar o ambiente regulatório ao papel da filantropia como agente de interesse público. Sem esse alinhamento, o financiamento inovador tende a permanecer confinado a experiências pontuais, de difícil replicação.

A criação de incentivos fiscais explícitos para operações de *blended finance* e reconhecimento jurídico de instrumentos híbridos pode transformar experiências hoje isoladas em modelos replicáveis e escaláveis, compatíveis com a urgência dos desafios socioambientais brasileiros.

O segundo gargalo é que, embora a cultura de doação no Brasil esteja em expansão, com avanços significativos no número de doadores e no volume de recursos mobilizados, ainda predomina a lógica fragmentada, de curto prazo e avessa ao risco. Investimentos inovadores exigem outra postura: disposição para financiar estruturas, assumir incertezas e sustentar processos de aprendizagem. Superar esse gargalo implica estimular doadores e investidores sociais a adotarem estratégias de financiamento paciente, como aportes plurianuais, fundos de primeira perda e capital dedicado à experimenta-

ção e avaliação, criando condições para que iniciativas inovadoras amadureçam, aprendam com o erro e, só então, possam escalar com maior impacto.

Por fim, outro problema está na fragmentação entre capitais e agendas. Recursos públicos, privados e filantrópicos seguem operando, em grande medida, de forma desconectada, mesmo quando direcionados aos mesmos territórios ou problemas. O financiamento inovador depende, por definição, de parcerias estratégicas capazes de articular esse fluxo de capital, combinando doações, garantias, capital de primeira perda e investimentos de mercado. Redes como a Latimacto têm demonstrado o potencial desse papel intermediário ao estruturar operações multicapitais em biomas estratégicos e territórios vulneráveis.

A urgência de superar esses desafios torna-se ainda mais evidente no enfrentamento da crise climática. As emergências socioambientais escancaram a insuficiência de respostas fragmentadas e a necessidade de arquiteturas financeiras capazes de operar em escala, com velocidade e coordenação.

Nesse contexto, o papel do ISP é decisivo para destravar o salto necessário. É crescente o número de movimentos consistentes de diferentes atores no sentido de responder a estes desafios. Ao atuar como capital paciente e catalítico, o ISP pode reduzir riscos percebidos e atrair outros capitais para agendas de impacto.

O momento atual exige avançar além da compreensão conceitual. O salto acontecerá quando o financiamento inovador deixar de ser tratado como exceção ou experimento e passar a operar como infraestrutura central para enfrentar desafios socioambientais à altura de sua complexidade.

ONDE SE ENXERGA ESSA PERSPECTIVA

JUNTOS PELA SAÚDE - *matchfunding*

Iniciativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), gerida pelo IDIS, adota modelo de *matchfunding*, somando capital público e recursos privados (não reembolsáveis), para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Ao longo de quatro anos, serão destinados aproximadamente R\$ 113 milhões não reembolsáveis para 14 projetos, com destaque ao apoio aos serviços da atenção primária, prevenção e rastreamento e o apoio diagnóstico.

INSTITUTO CARLYLE – *venture philanthropy*

O Instituto Carlyle atua por meio de *venture philanthropy*, um modelo que combina doações de médio e longo prazo com apoio técnico intensivo, inspirado em práticas de *private equity*. Ao invés de apenas financiar projetos, o instituto investe no fortalecimento institucional das organizações apoiadas, oferecendo recursos financeiros recorrentes e suporte estratégico em áreas como governança, gestão, planejamento e captação de recursos, com acompanhamento próximo e contínuo, sem expectativa de retorno financeiro, mas com foco em ampliar impacto e sustentabilidade organizacional.

CRA SUSTENTÁVEL DO CACAU – *blended finance* aplicado à agricultura familiar

O Certificado de Recebível do Agronegócio (CRA) Sustentável do Cacao é um dos primeiros exemplos no Brasil de um instrumento financeiro baseado em *blended finance* aplicado ao agro e à agricultura familiar. Ele foi concebido em 2020 pela Tabôa Fortalecimento Comunitário em parceria com o Grupo Gaia, o Instituto Arapyáú e o Instituto Humanize, integrando aportes filantrópicos e de impacto a financiamento acessível e serviços de assistência técnica a agricultores familiares. Nos primeiros 5 anos, foram captados R\$ 10,3 milhões por meio de CRAs, beneficiando cerca de 270 famílias em 11 municípios do sul da Bahia. O projeto encontra-se agora na segunda fase, com metas ainda maiores.

FUNDO FLORESTAS TROPICAIS PARA SEMPRE (TFFF)

O TFFF é um mecanismo de *blended finance* que combina capitais públicos e privados, no qual os investidores são remunerados. Lançado pelo Governo brasileiro durante a COP30, o fundo global tem como meta captar US\$ 125 bilhões e parte do reconhecimento de que as florestas tropicais são ativos capazes de gerar valor financeiro sustentável de longo prazo, razão pela qual os rendimentos são distribuídos anualmente a países que mantêm suas florestas em pé, com a destinação de ao menos 20% dos recursos a povos indígenas e comunidades locais.

DICA AOS INVESTIDORES SOCIAIS

Transforme seu capital em alavanca, não apenas em apoio. Em vez de financiar apenas projetos finais, direcione parte dos recursos para estruturar o sistema: ofereça capital paciente, aceite posições de primeira perda, invista em desenho institucional, dados e avaliação. Esse tipo de aporte reduz riscos, atrai outros capitais e permite que soluções já conhecidas, como o *blended finance*, deixem de ser exceção e passem a operar em escala.

ALÉM DA COLABORAÇÃO: PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES E CORRESPONSABILIDADE

Compartilhar poder com comunidades é passo decisivo para mudança sistêmica

A filantropia brasileira tem consolidado a colaboração como prática central do Investimento Social Privado (ISP). Coalizões e projetos co-financiados tornaram-se estratégias recorrentes para ampliar escala e impacto. Segundo o Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC) 2025, 77% das empresas respondentes já participam de iniciativas em parceria com outros atores.

Hoje, um novo e decisivo desafio se impõe: ir além da colaboração e passar a incorporar, de forma estruturada, a participação das comunidades diretamente afetadas. Essa mudança de lógica desloca o ISP do financiamento de iniciativas isoladas para a promoção de transformações verdadeiramente sistêmicas, nas quais a comunidade exerce efetivo poder de decisão.

Modelos de *community-led philanthropy*, como o que é feito no programa Transformando Territórios no Brasil, e de cogestão de recursos contribuem para reduzir assimetrias de poder historicamente presentes no campo filantrópico, ao deslocar decisões para o território e romper com lógicas verticais que produzem soluções desconectadas das realidades locais. O debate é aprofundado na publicação Financiamento Participativo: uma forma equitativa de doação, lançada pela Iniciativa PIPA em 2025.

“O modelo de financiamento participativo propõe reconhecer a propriedade e legitimidade das organizações territoriais sobre as experiências, vivências, necessidades e demandas dos problemas que as cercam e, a partir disso, viabilizar sua

ocupação estratégica nos espaços de tomada de decisão para o financiamento. Isso garante que as decisões sejam mais bem informadas, produzindo melhores resultados e impactos sobre os problemas que se pretende combater.”

Financiamento Participativo: uma forma equitativa de doação, Iniciativa PIPA

Essa abordagem é especialmente relevante em territórios expostos a riscos climáticos, como periferias urbanas, áreas rurais e comunidades tradicionais. Iniciativas que envolvem moradores na leitura de suas realidades, na produção de dados e no desenho das respostas demonstram que soluções construídas a partir do território e de seus saberes são mais eficientes, aderentes e perenes às vulnerabilidades locais.

Para a filantropia, avançar nessa agenda exige tornar a participação comunitária uma prática estruturante e adotar novos modelos de governança. Isso passa pela inclusão de representantes locais em instâncias deliberativas, por avaliações definidas junto aos beneficiários e pelo reconhecimento do valor do ativismo de base, inclusive por meio de remuneração. Pressupõe, ainda, que agendas e recursos sejam definidos com as organizações e suas lideranças, considerando suas prioridades e contextos. O poder deixa de ser exercido unilateralmente. As comunidades também decidem e, conseqüentemente, também se tornam responsáveis pelo sucesso e riscos.

A participação seguida por corresponsabilidade territorial sinaliza um avanço na maturidade do setor. Se atuar em rede foi, nos últimos anos, um diferencial da filantropia brasileira, o desafio agora é mais profundo. Esse movimento aponta para uma filantropia mais enraizada nos territórios, alinhada a agendas globais de equidade, fortalecimento do espaço cívico e enfrentamento das assimetrias de poder.

ONDE SE ENXERGA ESSA PERSPECTIVA

MOVIMENTO BEM MAIOR

Por meio de programas como o Futuro Bem Maior, apoia coletivos e organizações de base em diferentes estados, em territórios de alta vulnerabilidade social, com foco no fortalecimento institucional e na ampliação do impacto local. Oferece apoio financeiro flexível, formações e mentorias em temas, como voluntariado, gestão e captação de recursos. O monitoramento e acompanhamento de indicadores de impacto são personalizados e definidos junto com cada organização, de maneira a gerar elementos que realmente contribuam ao acompanhamento, aprimoramento e comunicação das ações.

ENGAJAMUNDO

Rede brasileira de engajamento cívico que fomenta o uso de ferramentas de participação, incidência e autoconhecimento para que jovens se vejam como agentes de transformação e parte da solução para os problemas socioambientais do Brasil e do mundo. Atuam por meio de grupos de trabalho temáticos, núcleos locais orientados pelas especificidades de cada lugar, além de executarem campanhas e projetos de forma articulada.

GLOBAL FUND FOR CHILDREN

Adota um modelo de financiamento que prioriza organizações de base em mais de 100 países, incluindo o Brasil, com foco em empoderamento juvenil e *advocacy* por direitos de crianças e adolescentes. Ao oferecer *grants* flexíveis e reduzir exigências de reporte desproporcionais, o fundo dá mais autonomia e agilidade para que grupos locais ajustem estratégias ao longo do caminho, respondam a mudanças no território e direcionem recursos para o que é mais urgente - por exemplo, manter ações educativas e redes de proteção ativas em contextos de violência urbana, sem perder a visão de longo prazo.

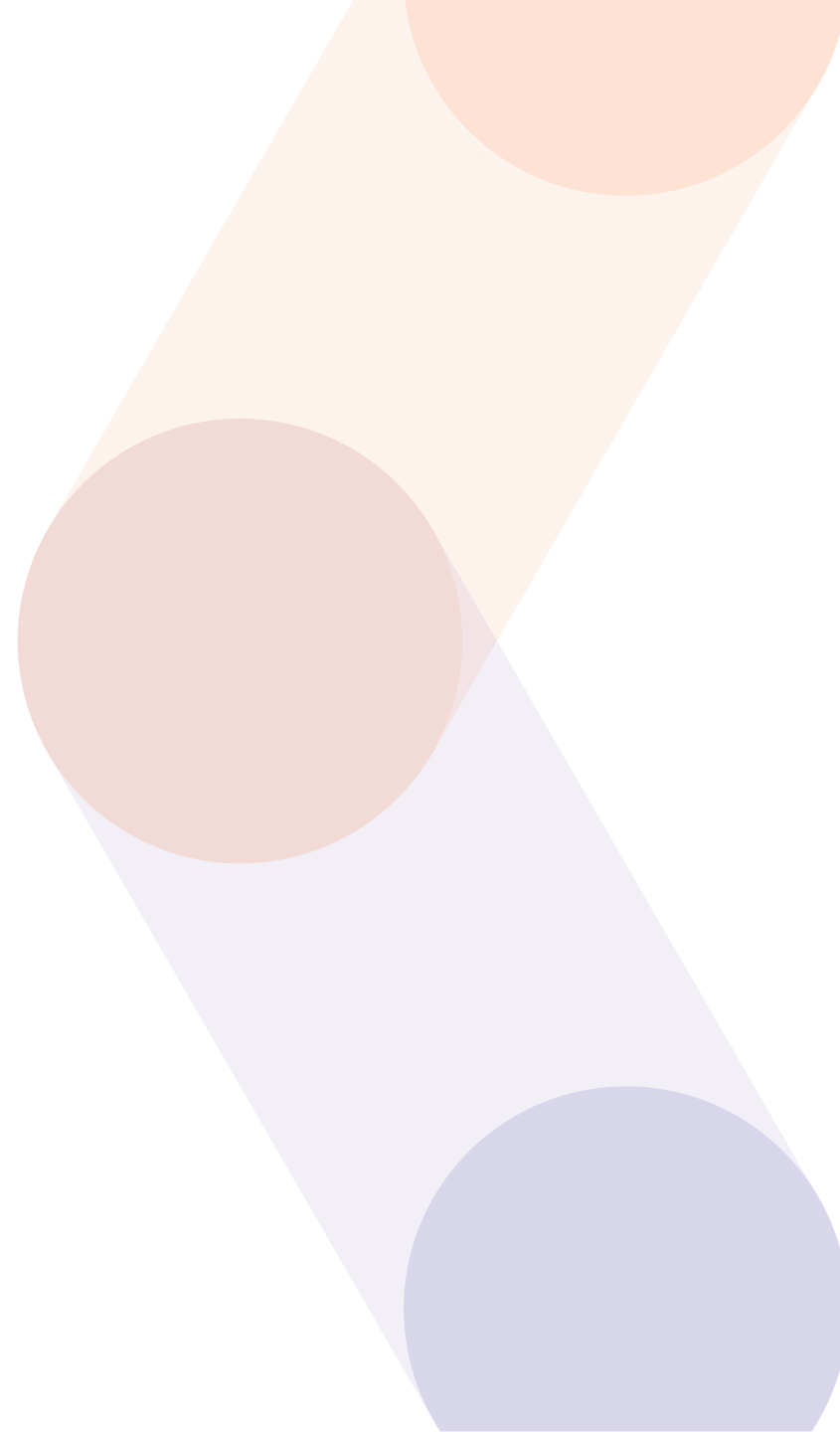
FUNDO CASA SOCIOAMBIENTAL

O Fundo Casa Socioambiental estrutura sua governança com a participação de lideranças de povos indígenas, comunidades tradicionais e organizações socioambientais de base, que integram comitês e conselhos responsáveis por decisões estratégicas sobre o direcionamento dos recursos.



DICA AOS INVESTIDORES SOCIAIS

Se impacto é o objetivo, compartilhar recursos não basta. É preciso compartilhar poder. Incorporar comunidades nas decisões sobre prioridades, estratégias e uso dos recursos é o próximo passo para uma filantropia relevante, legítima e capaz de promover mudanças sistêmicas.



INTEGRAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E FILANTROPIA

A partir de marcos legais, a filantropia atua na implementação de políticas públicas e amplia impacto

As políticas públicas seguem sendo o principal instrumento para garantir direitos e estruturar respostas universais. No entanto, entre a formulação normativa e a implementação, permanecem desafios como as limitações de capacidade nos territórios, dificuldades de coordenação entre atores, escassez de dados operacionais e baixa margem para testar soluções antes de escalá-las. É nesse espaço que o Investimento Social Privado (ISP) atua de forma complementar.

Com maior flexibilidade, o ISP tem capacidade de financiar risco, aprendizagem e inovação, apoiando a experimentação de soluções em contextos reais. Ao impulsionar projetos-piloto, arranjos inovadores de governança e novos modelos de prestação de serviços, a filantropia contribui para a produção de evidências aplicadas, fundamentais para qualificar decisões públicas e acelerar a efetividade das políticas.

Outro eixo dessa integração está na aceleração da implementação. Em agendas sensíveis ao fator tempo, como saúde, educação, saneamento e clima, o ISP pode antecipar investimentos em territórios vulneráveis, fortalecer organizações locais, apoiar a formação de profissionais e destravar políticas já existentes.

Essa complementariedade também se expressa quando o ISP atua como indutor de arranjos econômicos alinhados às políticas públicas, contribuindo para destravar sua implementação nos territórios. A economia circular é um exemplo emblemático. Marcos como a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a regulamentação da logística reversa criaram ba-

ses normativas importantes, mas sua efetividade depende do fortalecimento dos elos mais frágeis da cadeia. Nesse contexto, o ISP pode direcionar recursos para cooperativas de catadores, pequenos comércios e consumidores vulneráveis, financiando inclusão produtiva, fortalecimento institucional, educação ambiental e avaliação de impacto, contribuindo para uma transição mais socialmente justa e eficiente.

Para além de atuar de forma paralela ao Estado e influenciar novas regulações, o ISP passa a operar de maneira intencionalmente integrada às políticas públicas. Em um cenário marcado pela urgência e pela crescente pressão sobre as políticas sociais, essa tendência tende a se aprofundar. Consolida-se, assim, um campo de práticas no qual Estado e filantropia atuam de forma interdependente: a política pública estabelece o piso, e o ISP amplia o horizonte do possível, transformando direitos em realidade.

ONDE SE ENXERGA ESSA PERSPECTIVA

ARCELORMITTAL E A ECONOMIA CIRCULAR

Com base em um estudo da Fundação ArcelorMittal com a Ago Social, que analisou o papel do ISP no Brasil, a empresa identificou que apenas entre 5% e 10% dos recursos de ISP no Brasil estão vinculados a práticas de economia circular. A partir desse diagnóstico, a Fundação passou a estruturar sua atuação para fortalecer a dimensão social da circularidade, apoiando inclusão produtiva, formalização e desenvolvimento de catadores e cooperativas, e conectando esse trabalho às políticas públicas de resíduos e logística reversa.

ÁGUA CAMELO

O acesso à água potável é um direito essencial e está no centro das políticas públicas de saneamento no Brasil, especialmente do Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020), que estabelece metas de universalização do abastecimento até 2033. No entanto, desigualdades regionais, raciais e territoriais ainda limitam a efetividade dessas políticas em áreas vulneráveis. Nesse contexto, a Água Camelo atua de forma complementar às políticas públicas ao levar água potável e promover oficinas sobre justiça climática em regiões do Nordeste, comunidades indígenas e periferias do Sudeste, contribuindo para reduzir lacunas de acesso e fortalecer o direito à água e à saúde nesses territórios.

PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA FLUVIAL

A partir da experiência bem-sucedida do Projeto Saúde e Alegria com navio-hospital Abaré no atendimento de saúde a populações ribeirinhas no oeste do Pará, o Ministério da Saúde criou o Programa Saúde da Família Fluvial, levando a atenção básica do SUS por meio de UBS fluviais a todos os estados da Amazônia Legal e Pantanal Sul Mato-Grossense. A iniciativa testou e consolidou uma solução inovadora e eficaz, adaptada às condições territoriais, ampliando o acesso aos serviços de saúde em contextos em que a infraestrutura tradicional não alcança.

AMAZONAS SUSTENTÁVEL

O projeto Amazonas Sustentável – Coleção Esse Dito Bicho é uma iniciativa colaborativa entre o Instituto A Gente Transforma, parceiros empresariais e as comunidades ribeirinhas, que promove geração de renda ao transformar resíduos de manejo florestal em produtos artesanais. O projeto opera em consonância com agendas públicas de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, reforçando práticas que estão alinhadas com diretrizes como as promovidas pelo Fundo Amazônia e políticas públicas de sustentabilidade e inclusão territorial.

DICA AOS INVESTIDORES SOCIAIS

Posicione o investimento social como complemento estratégico à ação do Estado, apoiando experimentação, aprendizagem e coordenação entre atores. Ao financiar o que o setor público não consegue testar ou acelerar sozinho, o ISP contribui para políticas mais eficazes, adaptadas aos territórios e sustentáveis no longo prazo.



ENGAJAMENTO DA FILANTROPIA NO DEBATE DO USO ÉTICO DA IA

Do hype à responsabilidade: o papel da filantropia em orientar e ampliar o uso da tecnologia para o interesse público e combater o aprofundamento das desigualdades

A popularização da Inteligência Artificial (IA) desencadeou uma série de ganhos importantes para diferentes setores da sociedade. Ao mesmo tempo em que passou a integrar nosso cotidiano, ficou evidente a urgência de um debate mais qualificado sobre direitos e responsabilidades vinculados à utilização da tecnologia, que pode ampliar riscos já conhecidos, como a reprodução de vieses. O ano se inicia marcado por polêmicas em torno do uso indevido e criminoso da inteligência artificial, com ferramentas treinadas a partir de fotos retiradas da internet para gerar imagens sexualizadas de pessoas reais, incluindo crianças e adolescentes. A isso se soma a baixa disposição das *big techs* em reconhecer e enfrentar essas práticas, o que amplia a gravidade do cenário e reforça a urgência do debate. Além disso, é fato que o uso da Inteligência Artificial terá impactos em eleições em todo o mundo, e o debate está efervescente no Brasil, com envolvimento direto do Tribunal Superior Eleitoral para dar contornos legais, combatendo a desinformação e fraudes.

No cenário brasileiro, o avanço da IA ainda é permeado por relações e acessos desiguais, especialmente no terceiro setor. Uma pesquisa do Canal SablAr mostra que apenas 6% das 414 OSCs respondentes afirmam integrar tecnologia em suas operações de forma avançada; 11% delas sequer começaram a adotar a IA. Quando aplicados os recortes de gênero, raça e diversidade regional, a pesquisa ilustra ainda mais as desigualdades: mulheres e pessoas racializadas relatam menor familiaridade com essa tecnologia do que homens brancos. Organizações sociais do Norte e do Centro-Oeste também são as que apresentam menor nível de adoção da IA.

Para a filantropia, o cenário representa uma oportunidade de fortalecer o debate sobre o uso ético da Inteligência Artificial, a fim de garantir que ela sirva às necessidades da sociedade de forma propositiva, sem deixar ninguém para trás. Pode exercer um papel central para orientar mecanismos de governança inclusivos e eficientes, como o financiamento a pesquisas independentes sobre seu uso ético, ou incidência direta para acelerar os avanços da regulação.

Para o avanço da adoção da IA de forma mais equânime, parcerias estratégicas entre filantropos, empresas de tecnologia e organizações da sociedade civil também são eficientes para ampliar o acesso a infraestruturas, conhecimento e recursos de IA. A atuação em rede é essencial para tornar este universo mais responsável, em consonância com o documento Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial da UNESCO, que enfatiza que o desenvolvimento da IA deve ser centrado no ser humano, na justiça, na não discriminação e na proteção de direitos fundamentais.

A discussão central é como garantir que a IA contribua para ampliação do impacto socioambiental positivo. O papel da filantropia não deve ser acelerar de forma indiscriminada e acrítica a adoção da tecnologia, mas atuar para que seu desenvolvimento e uso ocorram de forma transparente e ética.

ONDE SE ENXERGA ESSA PERSPECTIVA

IA.3 - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO TERCEIRO SETOR

Projeto realizado pelo IDIS com suporte do [Google.org](https://www.google.org) e apoio técnico do [Canal SablAr](https://www.canalsablar.org), visa capacitar OSCs com atuação no Brasil no uso da IA, oferecendo condições para que elas incorporem essa tecnologia de maneira consciente e estratégica. Por meio de uma capacitação intensiva com encontros síncronos e assíncronos, além de evento presencial e mentoria para as organizações mais engajadas, o programa busca democratizar o acesso à IA entre o terceiro setor brasileiro. Integram a capacitação conteúdos específicos sobre o uso ético e responsável da tecnologia.

MOMENTUM – JOURNALISM AND TECH TASK FORCE

A organização trabalha construindo soluções que possam impactar positivamente o jornalismo. Desde contribuições para novos modelos regulatórios e políticas públicas na área, até diretrizes para o desenvolvimento de tecnologia, incluindo Inteligência Artificial, que esteja a serviço do jornalismo de interesse público. Por meio da colaboração regional e transnacional querem garantir que visões do Sul Global estejam representadas nesse debate que é de interesse global. A iniciativa é apoiada pelo International Fund for Public Interest Media – IFPIM.



DESAFIO IA NATUREZA & CLIMA – INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE

O Instituto Clima e Sociedade (iCS) lançou uma iniciativa para apoiar projetos que aplicam IA e demais tecnologias digitais a desafios climáticos e de biodiversidade. O apoio financeiro e técnico busca estimular soluções inovadoras em agricultura regenerativa, bioeconomia e conservação ambiental, com os objetivos de fortalecer o uso responsável da IA e gerar impacto socioambiental positivo no Brasil.

DICA AOS INVESTIDORES SOCIAIS

Ao investir em Inteligência Artificial, priorize iniciativas que combinem capacitação, governança e uso responsável da tecnologia. Apoiar formação técnica, produção de evidências independentes e arranjos colaborativos entre OSCs, universidades e empresas de tecnologia é uma forma estratégica de reduzir desigualdades de acesso, mitigar vieses e garantir que a IA seja aplicada em favor do interesse público.

LEGADO QUE RESISTE

Planejar a sucessão a partir de valores, propósito e governança é o que transforma patrimônio em impacto duradouro

Um dos significados da palavra legado é “aquilo que é transmitido às gerações que se seguem”. Para além da definição conceitual, o termo ganha novas nuances e convida a outras perguntas: como transmitir, por que transmitir e de que forma o fazer. O conceito de legado está diretamente relacionado à prática filantrópica, que, cada vez mais, se apoia em diferentes mecanismos para transformar intenção em permanência e sustentar impactos positivos de geração em geração.

No plano pessoal e familiar, segundo o [Legacy Giving Report 2024](#), da Charities Aid Foundation (CAF), 56% dos norte-americanos de alto patrimônio pretendem destinar em testamento parte de seus bens a causas socioambientais. Essa prática, que no Brasil chamamos de testamento solidário, permite que os valores e o compromisso socioambiental de indivíduos e famílias sejam preservados no processo de sucessão.

Além da motivação de natureza ética, tendências demográficas ajudam a explicar esse movimento. O envelhecimento populacional e a maior proporção de pessoas e casais sem filhos ampliam a busca por arranjos sucessórios que garantam a transmissão de recursos ou a continuidade do apoio a causas e instituições com as quais se identificam, organizando o cuidado com o futuro para além do núcleo familiar.

Quando a prática do testamento solidário é combinada a outra estrutura estratégica de formação de legados como, por exemplo, os fundos patrimoniais, o recurso passa a gerar rendimentos estáveis que asseguram apoio contínuo às causas escolhidas ao longo das próximas gerações.

“As discussões contemporâneas sobre patrimônio e sucessão apontam para uma transformação silenciosa, porém decisiva, na forma como famílias estruturam seu futuro. A organização do legado deixou de se limitar à partilha de bens e passou a envolver a definição de valores, princípios e do papel que a riqueza exercerá na sociedade.”

Laís Figueirêdo Lopes e Silvia Felipe Marzagão

Na perspectiva dos negócios, ganha força o conceito de *steward-ownership* como uma forma de garantir que as empresas continuem servindo a seu propósito com o decorrer das décadas. O modelo foca na governança das decisões estratégicas, que devem priorizar a blindagem dos valores da organização, e não a geração de lucro máximo no curto prazo.

Na prática, a empresa passa a pertencer ao seu propósito, muitas vezes tendo seu controle acionário exercido por um instituto ou fundação sem fins lucrativos e de interesse público, responsável por ser o guardião de seus valores. Nesse caso, a estrutura funciona como um fundo patrimonial, no qual a empresa é o ativo que compõe o patrimônio do fundo; os lucros recorrentes financiam a atuação do instituto ou da fundação em prol da sua causa; e o capital, organizado dessa forma, torna-se motor de transformação socioambiental contínua.

Esse cenário ganha ainda mais potencial quando consideramos que, de acordo com o Global Wealth Report 2025, da UBS, o Brasil possui cerca de US\$ 9 trilhões com perspectiva de transferência geracional nos próximos anos. As mulheres serão especialmente importantes neste processo, devido a um movimento de assumir grandes fortunas, além de possuírem um olhar mais voltado ao impacto socioambiental positivo. Diante da elevada desigualdade social do país e de desafios ambientais crescentes, a sucessão planejada em torno de valores e propósito e estruturada com base na perpetuação do legado tem um grande potencial de se tornar relevante para fortalecer a sociedade civil e promover o bem comum.

ONDE SE ENXERGA ESSA PERSPECTIVA

TESTAMENTO SOLIDÁRIO DO UNICEF

Doadora do UNICEF há mais de 20 anos, a cardiologista Maria Regina decidiu incluir a organização em seu testamento para que seu compromisso com crianças e adolescentes siga produzindo impacto no futuro. O Testamento Solidário UNICEF oferece orientações para formalizar essa decisão e reforça que qualquer legado, independentemente do tamanho, pode se transformar em ações de saúde, educação e proteção. Desde 2020, uma parceria com o Colégio Notarial do Brasil – Seção SP também vem ampliando o acesso à informação sobre como redigir o testamento e conciliar a doação com a proteção dos herdeiros.

STEWARDSHIP: MODELOS DE PROPRIEDADE E PROPÓSITO

Modelos como o da Patagonia, Novo Nordisk e de organizações brasileiras com o Grupo Gaia e Fundação Bradesco mostram que resiliência e legado nascem de uma governança que equilibra ganhos financeiros e propósito. Em todos os casos, uma fundação é a maior acionista da empresa.

WARREN BUFFETT

O investidor bilionário exemplificou o impacto das doações planejadas no processo sucessório ao converter suas ações 'Classe A' (de alto valor e poder de voto) em milhões de ações 'Classe B' (mais acessíveis e divisíveis). Esse movimento permitiu que Buffett destinasse, integralmente, doações de ações a quatro fundações familiares, sem fragmentar o controle societário da empresa, unindo estratégia sucessória e legado filantrópico.

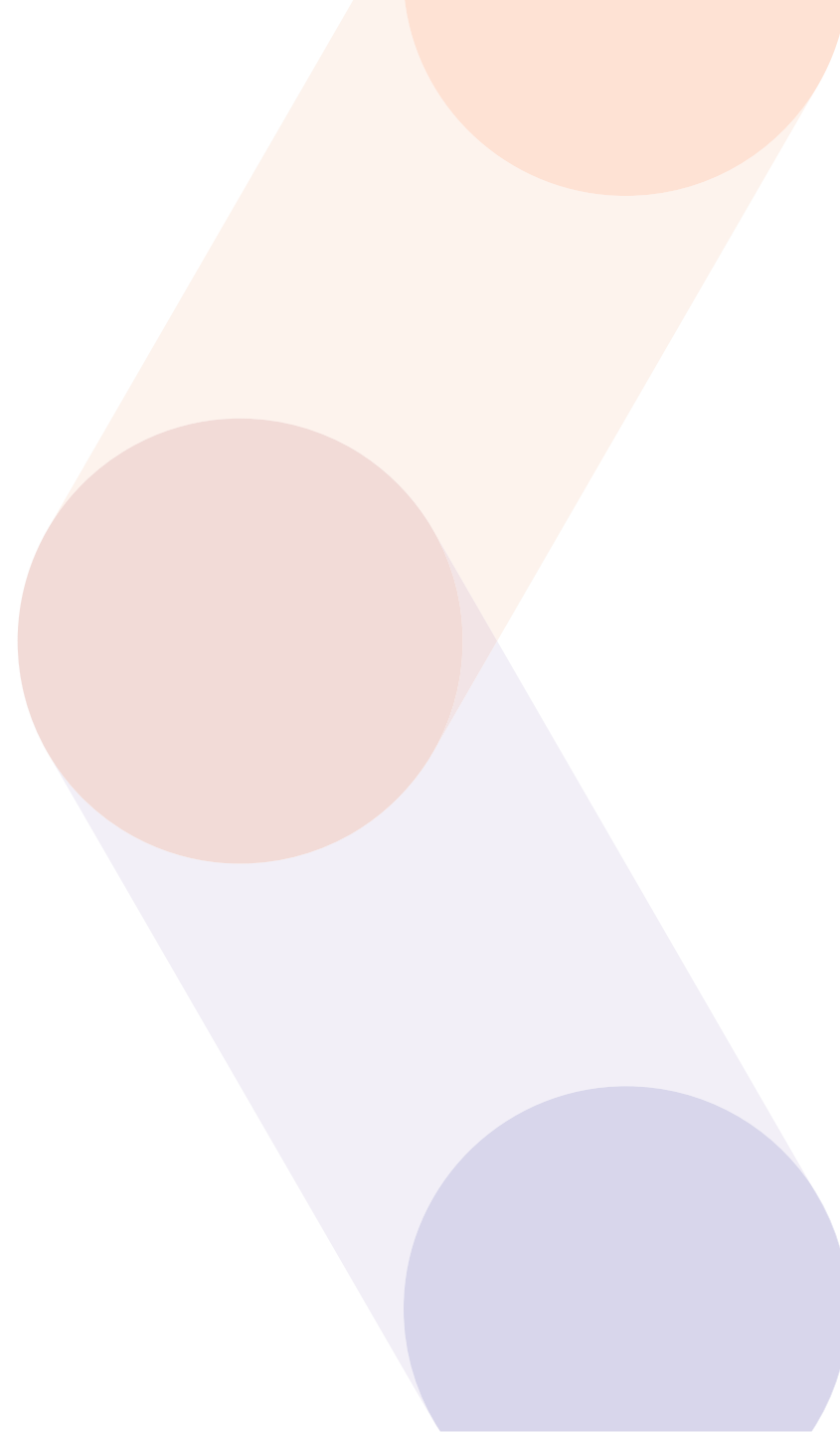
DOAÇÃO DE LEGADOS FAMILIARES

O projeto Onçafari Legacy estimula doações planejadas e legados patrimoniais como estratégia para garantir sustentabilidade financeira de longo prazo a iniciativas voltadas à conservação da biodiversidade e à resiliência climática. Apoiada por filantropos individuais, a Onçafari articula proteção de biomas estratégicos, fortalecimento territorial e visão intergeracional, tendo sua atuação reconhecida pelo Prêmio Melhores ONGs 2025 e Prêmio Folha Empreendedor Social 2025.



DICA AOS INVESTIDORES SOCIAIS

Antecipe o debate sobre legado e sucessão, incorporando valores e propósito às decisões patrimoniais e de governança.



AMPLIAÇÃO DO ECOSSISTEMA QUE IMPULSIONA A FILANTROPIA FAMILIAR

Com diferentes especialidades e níveis de influência, atores orientam famílias a doarem com segurança, estratégia e impacto

A filantropia familiar no Brasil tem passado por transformações relevantes. Práticas historicamente associadas à caridade e ao assistencialismo vêm sendo substituídas por abordagens mais estratégicas, orientadas por evidências e conectadas a agendas públicas de longo prazo. O movimento está diretamente alinhado ao potencial singular que a filantropia familiar possui no campo do ISP, especialmente por sua possibilidade de atuar com maior flexibilidade decisória, disposição ao risco e abertura à inovação.

Análises recentes indicam que esse perfil tende a se intensificar com a ascensão de novas gerações à gestão de grandes patrimônios. O relatório Filantropia e Family Offices constatou que, no Brasil, 77% das famílias entrevistadas afirmam apostar no tema filantropia como forma de gerar transformação social efetiva, embora a operacionalização ainda enfrente entraves internos nas estruturas de gestão patrimonial.

Apesar desse amadurecimento, alguns desafios persistem. O levantamento Famílias de alto patrimônio no Brasil – Investimento de Impacto e Filantropia, da Sitawi Finanças do Bem, mostra que, embora 83% das famílias de alto patrimônio manifestem interesse pela filantropia, apenas metade está consistentemente envolvida com o tema e mais de 25% não têm um padrão definido de doação anual - resultado que reflete tanto o potencial quanto as lacunas práticas na articulação de estratégias filantrópicas mais robustas. Medo de exposição, conflitos sucessórios, desconhecimento sobre causas e insegurança quanto a instrumentos jurídicos e financeiros figuram entre as principais barreiras à entrada de novas famílias.

Esse cenário evidencia que a ampliação da filantropia familiar depende não apenas de motivações individuais, mas também da existência de um ecossistema imbuído de apoiá-la. Advogados, planejadores financeiros, contadores, *family offices* preparados para incorporar a filantropia à estratégia patrimonial e consultores especializados são atores centrais para reduzir riscos percebidos e aumentar a confiança das famílias. Igualmente necessários são um ambiente regulatório atraente, a inclusão do tema do ensino básico ao superior e o fortalecimento da cultura de doação.

No estudo Caminhos para uma Atuação mais Ampla e Estratégica da Filantropia Familiar, promovido pelo IDIS e que consultou um amplo grupo de filantropos atuantes no país, foi enfatizada ainda a importância da criação de redes e articulações entre famílias doadoras, promovendo a troca de boas práticas, cocriação de soluções e iniciativas coletivas, como formas de não apenas ampliar o volume de recursos, mas intensificar a colaboração.

Ao lidar com decisões compartilhadas entre gerações e mediadas por múltiplos atores técnicos, torna-se indispensável uma abordagem sistêmica. Um ecossistema receptivo, qualificado e culturalmente favorável é condição essencial para ampliar, de forma sustentável, o volume e o impacto da filantropia familiar no Brasil.

ONDE SE ENXERGA ESSA PERSPECTIVA

REDES DE PARES E RECONHECIMENTO

Reconhecer a atuação social de organizações e indivíduos é uma forma de dar visibilidade a boas práticas e estimular que novas famílias e indivíduos se interessem pelo tema da filantropia. Neste sentido, o **Prêmio Família de Impacto**, promovido pela Family Business Network (FBN), surge como uma iniciativa relevante ao destacar famílias empresárias que integram a geração de impacto socioambiental às suas estratégias familiares e empresariais.

AVANÇOS NA AGENDA JURÍDICA

Eventos como o Seminário sobre Filantropia Familiar e Planejamento Patrimonial, promovido por AASP (Associação dos Advogados de São Paulo) e OAB/SP, são exemplos recentes e concretos de como atores jurídicos estão qualificando o debate em torno da filantropia familiar, discutindo instrumentos legais (*endowments*, legados, fundações familiares, aspectos tributários) e, conseqüentemente, reduzindo inseguranças técnicas que dificultam doações estratégicas.

CULTURA DE DOAÇÃO

Engajar novos indivíduos na filantropia não é uma tarefa simples e nem de curto prazo. Reconhecendo este desafio, o Instituto Fefig e a Turma do Jiló criaram o Filantrópicos: Todos por Todos, iniciativa que promove a educação para a doação ao aproximar crianças, jovens e suas famílias de valores como solidariedade, empatia e responsabilidade socioambiental. Ao atuar desde a infância, o projeto contribui para a formação de uma cultura de doação de longo prazo, elemento essencial para ampliar e sustentar a filantropia familiar no Brasil.

CLIMATE AND LAND USE ALLIANCE (CLUA)

A CLUA reúne fundações e grandes doadores, incluindo famílias empresárias, para financiar estratégias de uso da terra, clima e conservação florestal. Ao operar como uma aliança filantrópica, a iniciativa oferece coordenação, inteligência estratégica e redução de riscos, permitindo que famílias apoiem agendas ambientais sistêmicas sem atuar de forma isolada.

DICA AOS INVESTIDORES SOCIAIS

Estruture a filantropia familiar de forma integrada à estratégia patrimonial, com apoio técnico e jurídico especializado que traga segurança às decisões de doação. Busque redes de pares e espaços de troca entre famílias doadoras, fortalecendo a governança, a visão intergeracional e a recorrência das doações para ampliar o impacto no longo prazo.



FILANTROPIA & CLIMA: PARADIGMAS PARA OS NOVOS TEMPOS

Ao atravessar diferentes agendas sociais, o clima redefine prioridades, estratégias e formas de colaboração na filantropia

O clima é determinante para a vida na terra. O passado traz provas de sua influência e agora temos a sensação de vivenciar a história. O aquecimento global e a mudança climática, que pareciam discursos alarmistas de cientistas, mostram suas consequências no cotidiano, com enchentes, secas extremas, tornados, tsunamis. O debate deixa a sala dos ambientalistas e é incorporado a áreas diversas, como saúde, educação, renda, segurança alimentar, segurança pública e muitas outras.

É hora de aceitar que a pauta climática nos atravessa em todas as dimensões em que há vida e por isso é tão necessária a filantropia considerar o tema como central para suas definições estratégicas e capacidade de gerar impacto social positivo. Ao longo desta publicação, escolhemos trazer sempre exemplos de como cada uma das perspectivas endereça a questão climática. Mas dada sua centralidade, aprofundamos aqui a reflexão.

Esta centralidade, para os próximos anos, será crucial em três aspectos: (i) clima como um critério estruturante para definições de estratégias de investimento social, (ii) aumento da necessidade de arranjos colaborativos, e (iii) protagonismo dos territórios como geradores de soluções.

Em relação ao clima enquanto critério estruturante, exemplos demonstram que organizações e investidores sociais precisam considerar os efeitos das mudanças climáticas para definições estratégicas.

No contexto do Juntos pela Saúde, programa do BNDES gerido pelo IDIS, por exemplo, projetos em saúde pública realizados em regiões

ribeirinhas do baixo Amazonas passaram a enfrentar estiagens mais prolongadas que afetam a logística de atendimento, e estados como Amazonas, Roraima e Acre já sofrem picos de internações por doenças respiratórias associadas à fumaça de queimadas. Avaliar o clima como um risco que afeta a efetividade de intervenções é uma premissa para uma atuação estratégica nos próximos anos.

As mudanças climáticas demandam também uma aceleração de arranjos colaborativos. Segundo o Benchmarking do Investimento Social Corporativo 2025 (BISC), 87% das empresas atuaram em desastres por meio de seu investimento social, mas apenas 26% via investimentos, ou seja, por meio de arranjos colaborativos. Quando se olha essa baixa taxa de cofinanciamento em desastres e a concentração em resposta imediata, percebe-se uma necessidade de arranjos colaborativos e de fundos filantrópicos ou de *blended finance* dedicados à prevenção e adaptação, de forma a trazer mais atores para a mesa para discutir e implementar resiliência para territórios e populações vulnerabilizadas.

O aspecto territorial da filantropia, que cada vez mais ganha tração no Brasil, poderá ter mais influência para uma ação climática efetiva. O ciclo pós-COP30 tende a deslocar compromissos para entregas concretas em territórios amazônicos e em outras regiões de alta vulnerabilidade, apoiado pela ampliação de instrumentos como Fundo Clima e por novas coalizões de doadores. No entanto, soluções “importadas” ou tomadas sem a participação efetiva das populações e territórios vulnerabilizados tendem a ser menos eficazes. O conhecimento territorial, portanto, é

fundamental para buscar soluções locais e mais efetivas, trazendo maior robustez para o enfrentamento aos impactos vinculados ao clima, e a filantropia poderá destravar arranjos e soluções que coloquem os territórios no centro das discussões.

O estudo Comuá pelo Clima ilustra esse movimento ao evidenciar como organizações historicamente voltadas à garantia de direitos passaram a incorporar o enfrentamento climático em suas estratégias de financiamento. A pesquisa destaca iniciativas locais nas áreas de água, alimentação, moradia, proteção territorial e geração de renda, financiadas, desenvolvidas ou cocriadas em parceria com organizações e grupos da sociedade civil que atuam diretamente nos territórios mais impactados pelas mudanças climáticas. Esses casos reforçam o potencial de soluções enraizadas no contexto local para responder de forma mais eficaz e sustentável aos desafios impostos pela crise climática.

O ISP já vem se mobilizando frente aos efeitos das crises climáticas, especialmente em situações emergenciais. No entanto, olhando o ciclo de enfrentamento a desastres naturais, de acordo com dados do BISC, apenas 10% das empresas atuaram na prevenção e somente 15% na adaptação climática. Há espaço - e urgência - para ampliar as ações estruturantes e preventivas.

Por fim, as mudanças climáticas também demandam uma resposta das organizações e investidores sociais por um fortalecimento de uma cultura avaliativa. É preciso entender como e por que os efeitos das mu-

danças climáticas podem estar impactando os resultados dos projetos e intervenções, independentemente das áreas de atuação das organizações e investidores sociais. Neste contexto, avaliações de resultado e impacto, nos próximos anos, devem incorporar cada vez mais riscos e cobenefícios climáticos em seus processos avaliativos.

ONDE SE ENXERGA ESSA PERSPECTIVA



COMPROMISSO BRASILEIRO DA FILANTROPIA SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Iniciativa que propõe ampliar a integração entre clima e desenvolvimento, reconhecendo que os efeitos da crise climática atravessam dimensões sociais, econômicas e territoriais. As organizações signatárias assumem o desafio de repensar suas formas de operar, desde a gestão interna e as decisões de investimento às estratégias de financiamento, até sua atuação em comunicação e incidência.

RAÍZES - FUNDO DE JUSTIÇA CLIMÁTICA PARA POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS [CLIMA & EQUIDADE]

Financia a defesa de territórios, Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), sistemas agroflorestais, recuperação de áreas degradadas e infraestruturas adaptativas. Ao apoiar diretamente povos indígenas e comunidades tradicionais, integra justiça climática, raça, gênero e território na prática.

EDUCAÇÃO E CRISE CLIMÁTICA: TODOS PELA EDUCAÇÃO [CLIMA & EDUCAÇÃO]

○ Todos pela Educação lançou um conjunto de 25 recomendações para redes e escolas estarem mais preparadas para os impactos das mudanças climáticas. Recomendações abrangem governança, infraestrutura, equidade e currículo, evidenciando o apoio da filantropia como produtora de conhecimento e indutora de políticas.

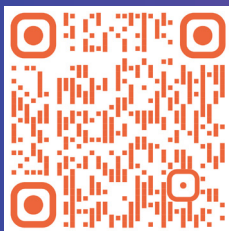
DICA AOS INVESTIDORES SOCIAIS

Considere as mudanças climáticas como um fator transversal para a tomada de decisão no investimento social privado, incorporando riscos e impactos climáticos desde o planejamento até a avaliação das iniciativas apoiadas. Busque atuar de forma colaborativa, priorizando arranjos de coinvestimento e instrumentos que fortaleçam ações de prevenção e adaptação, e valorize soluções construídas a partir dos territórios, reconhecendo o papel das organizações locais e do conhecimento comunitário.

Esta é uma publicação produzida pelo time de especialistas do IDIS.

A geração e disseminação de conhecimento é um dos pilares para o atingimento de nossa missão como organização. Por meio de publicações, notas técnicas, artigos, capacitações e eventos, inspiramos, apoiamos e ampliamos o investimento social privado e seu impacto.

Assine nossa newsletter com o QRcode abaixo e conheça mais de nossa produção.



Realização



Apoio Master

